



Programa de  
Pós-graduação  
em Educação (PPGE) | UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE ALAGOAS

ISSN - 2175-6600

Vol.17 | Número 39 | 2025

Submetido em: 31/03/2025

Aceito em: 12/05/2025

Publicado em: 22/10/2025

## Avaliação de necessidade de formação em equidade de gênero a futuros e atuais profissionais da educação

**Assessment of the need for training in gender equity for future and current education professionals**

**Evaluación de la necesidad de formación en equidad de género para los futuros y actuales profesionales de la educación**

Rafaela Bagolin Bez<sup>1</sup>  
Ana Carina Stelko-Pereira<sup>2</sup>



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe19422>

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a necessidade de formação continuada para profissionais da educação sobre equidade de gênero, destacando sua importância para a qualidade do ensino e os desafios políticos e sociais envolvidos. A abordagem quantitativa e descritiva incluiu a aplicação de questionário a 94 profissionais, validado por especialistas e testado por docentes, para investigar atitudes e percepções sobre o tema. Os resultados indicam que, embora os docentes reconheçam a importância da equidade de gênero, muitos se sentem despreparados, evidenciando a necessidade de formações interseccionais mais estruturadas.

**Palavras-chave:** Equidade de gênero. Intervenção. Formação de professores. Educação. Avaliação.

**Abstract:** This research aims to evaluate the need for continuous training for education professionals on gender equity, highlighting its importance for the quality of education and the political and social challenges involved. The quantitative and descriptive approach included applying a questionnaire to 94 professionals, validated by experts and tested by teachers, to investigate attitudes and perceptions on the topic. The results indicate that, although teachers recognize the importance of gender equity, many feel unprepared, highlighting the need for more structured intersectional training.

**Keywords:** Gender equity. Intervention. Teacher training. Education. Evaluation.

<sup>1</sup>Universidade Federal do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3197523432221233>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3953-7254>. Contato: [rafaela.b.bez@hotmail.com](mailto:rafaela.b.bez@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4721496386444127>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8089-132X>. Contato: [anastelko@gmail.com](mailto:anastelko@gmail.com)



**Resumen:** Esta investigación tiene como objetivo evaluar la necesidad de formación continua para profesionales de la educación sobre equidad de género, destacando su importancia para la calidad de la enseñanza y los desafíos políticos y sociales involucrados. La metodología cuantitativa y descriptiva incluyó la aplicación de un cuestionario a 94 profesionales, validado por expertos y probado por docentes, para investigar actitudes y percepciones sobre el tema. Los resultados indican que, aunque los docentes reconocen la importancia de la equidad de género, muchos se sienten despreparados, lo que evidencia la necesidad de formaciones interseccionales más estructuradas.

**Palabras clave:** Equidad de género. Intervención. Formación del profesorado. Educación. Evaluación.

## 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero estrutura-se em diferentes dimensões da vida social, influenciando o acesso a oportunidades e a construção das identidades de mulheres e homens. No contexto educacional, as instituições de ensino assumem um papel crucial na perpetuação ou na desconstrução de estereótipos. Como destaca Louro (2014), o ambiente escolar pode tanto reforçar estereótipos de gênero quanto servir como espaço de transformação social. Nesse sentido, investir na formação docente com enfoque na equidade de gênero torna-se uma estratégia importante para promover um ensino mais inclusivo, reflexivo e justo.

A formação continuada de professores e professoras é essencial para o desenvolvimento profissional e a constante melhoria das práticas docentes, sendo um processo contínuo de aprendizagem, reflexão e atualização. É considerada um dos principais fatores para a qualidade do ensino e aprendizagem, devendo ser prioridade nas políticas públicas educacionais (Brasil, 2019). Ao mesmo tempo, a desigualdade de gênero é uma questão estrutural que afeta indivíduos e grupos de forma complexa, perpetuando estereótipos e limitando oportunidades.

A abordagem dessa temática nas escolas enfrenta desafios políticos e sociais, sendo essencial uma preparação adequada dos profissionais para que possam atuar de forma crítica e reflexiva na promoção da equidade de gênero no ambiente educacional. Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo avaliar a necessidade de formação continuada para profissionais da educação sobre equidade de gênero. A investigação busca compreender como docentes, coordenadores(as) pedagógicos(as), diretores(as), técnicos(as) educacionais e estudantes de licenciatura ou Pedagogia percebem a temática e quais são as lacunas formativas que impactam sua atuação profissional. A partir disso, pretende-se discutir estratégias para fortalecer a capacitação desses profissionais, contribuindo para a efetiva promoção da equidade de gênero no contexto educacional.



## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A desigualdade de gênero impacta a vida das mulheres de diversas formas, desde a perda de autoestima até barreiras no acesso ao mercado de trabalho, reforçando dinâmicas de exclusão social e profissional (Stevanim, 2019). Por outro lado, os homens também são afetados por normas de masculinidade que limitam a expressão emocional e consolidam padrões de liderança autoritária (Zanello, 2016). Diante desse cenário, as escolas desempenham um papel central na reprodução ou na desconstrução desses padrões. Louro (2014) aponta que o ambiente escolar pode ser tanto um espaço de resistência quanto de reafirmação dos estereótipos de gênero.

Apesar da importância do tema, muitos docentes não se sentem preparados e preparadas para abordar questões de gênero de forma efetiva, especialmente em um contexto político polarizado, onde essas temáticas são frequentemente tratadas como polêmicas (Maia; Machado, 2019). A educação, no entanto, é reconhecida como um dos principais meios de promoção da equidade social, sendo enfatizada em documentos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que destacam a necessidade de "garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade" e "promover a igualdade de gênero" (Ipea, 2025). Assim, a atuação de profissionais da educação torna-se essencial para que questões de gênero sejam abordadas de maneira sistemática e eficaz nas escolas.

Nesse sentido, é importante diferenciar igualdade de gênero de equidade de gênero. Enquanto a igualdade busca oferecer as mesmas condições e oportunidades a todos, a equidade reconhece que pessoas partem de contextos diferentes e, por isso, exige ações específicas para garantir justiça e acesso reais. No contexto escolar, isso significa, por exemplo, criar estratégias pedagógicas que considerem as múltiplas vivências dos estudantes, reconhecendo que meninas, meninos e pessoas não-binárias enfrentam desafios distintos, inclusive dentro do mesmo ambiente. A equidade, portanto, não pressupõe uniformidade, mas justiça nas diferenças.

Além disso, compreender a equidade de gênero exige que se adote uma perspectiva interseccional, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, que aponta como diferentes sistemas de opressão – como gênero, raça, classe, orientação sexual e deficiência – se entrelaçam e produzem formas específicas de exclusão. No cotidiano escolar, isso implica reconhecer que uma estudante negra, por exemplo, pode vivenciar o machismo de forma distinta de uma estudante branca, ou que uma estudante com



deficiência pode sofrer discriminações que se somam àquelas relacionadas ao seu gênero. Ignorar essas intersecções pode fazer com que as ações educativas se tornem genéricas e pouco eficazes, deixando de atingir justamente os estudantes que enfrentam formas mais intensas e múltiplas de exclusão.

A desigualdade de gênero se manifesta de forma naturalizada no discurso e nas ações cotidianas, sem ser explicitamente reconhecida ou nomeada. Portanto, seu combate também deve ser experienciado com naturalidade em todas as esferas da vida, incluindo o contexto escolar. Professores e professoras, muitas vezes, reproduzem estereótipos de gênero por não perceberem o machismo estrutural no qual estão inseridos. Esses estereótipos ultrapassam as salas de aula, exigindo ações que promovam o respeito às individualidades e incentivem a desconstrução de padrões que perpetuam o machismo na sociedade (Feldhaus; Miziescki, 2016).

Como destaca Furlani (2003, p.81), "a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz". Assim, garantir um processo formativo que fortaleça aspectos de equidade de gênero no ambiente escolar é fundamental, sobretudo na formação docente. No entanto, a inserção desse tema nas escolas brasileiras enfrenta desafios, principalmente devido à sua associação com a chamada "ideologia de gênero", um termo utilizado por setores ultraconservadores para deslegitimar ativismos que buscam a igualdade de gênero e o reconhecimento da diversidade (Maia; Machado, 2019).

Para além das resistências sociais, discutir equidade de gênero na escola exige que o profissional da educação adote uma perspectiva interseccional, o que nem sempre é simples de ser considerado nas práticas diárias. O combate às desigualdades de gênero deve estar interligado a outras formas de discriminação, como racismo, etarismo, capacitismo e homofobia, por meio de um diálogo interseccional (Kyrillos, 2020). Ademais, abordar a equidade de gênero no ambiente escolar vai além de desenvolver atividades pedagógicas com os estudantes; envolve expectativas, atitudes e comportamentos diários nas interações entre estudantes, famílias e profissionais, que nem sempre são orientadas por uma perspectiva antimachista.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa e descritiva. Os participantes foram compostos por 66 docentes, 14 técnicos(as) em assuntos educacionais, 8 gestores(as), e 6 secretários(as) ou técnicos(as) administrativos.



Os(as) participantes responderam a um questionário elaborado pelas autoras, que incluía perguntas sobre localização geográfica, gênero, experiência profissional e formação acadêmica; e afirmações relacionadas aos temas de equidade de gênero, nas quais os e as participantes indicavam o nível de concordância em uma escala *Likert* de quatro pontos, variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

As questões do questionário sobre equidade de gênero se dividiam em 3 seções: 1. Atitudes e práticas docentes em relação ao ensino de equidade de gênero nas instituições educacionais, com 6 questões; 2. Autoeficácia no Ensino da Equidade de Gênero, com 05 questões e 3. Impactos das práticas docentes na compreensão da equidade, com 05 itens:

**Tabela 1: Questões do questionário**

---

**Atitudes e práticas docentes em relação ao ensino de equidade de gênero nas instituições educacionais**

---

Docentes especializados devem se responsabilizar pelo ensino do tema  
O diálogo sobre equidade deve ocorrer após o ensino dos conteúdos tradicionais.  
Docentes preparados/as para ensinar equidade de gênero não apresentam uma vantagem positiva aos que não estão preparados/as.  
Não é importante discutir o machismo na escola.  
Docentes não devem abordar questões de gênero sempre que surgirem.  
O papel de discutir equidade não cabe a todos/as os docentes

---

**Autoeficácia no ensino da equidade de gênero**

---

Utilizei exemplos de pioneiros em quebrar barreiras de gênero e preconceitos  
Criei atividades pedagógicas  
Abordei questão da violência de gênero e como preveni-la  
Inclui o tema nas minhas práticas pedagógicas  
Mantive diálogos sobre o tema

---

**Impactos das práticas docentes na compreensão da equidade**

---

Estudantes relacionaram racismo e a desigualdade de gênero após minhas práticas  
Minhas ações levaram a mudanças comportamentais  
Estudantes relacionaram racismo e a desigualdade de gênero após minhas práticas  
Proporcionei discussão sobre a orientação sexual e desigualdade de gênero  
Criei atividades pedagógicas sobre classes sociais e a desigualdade de gênero

---

**Fonte: as autoras, 2024.**

Cabe ressaltar que, para assegurar a qualidade e a relevância das questões do questionário, as questões foram submetidas à avaliação de três juízas independentes, todas com doutorado e publicações relevantes na área de equidade de gênero. Elas analisaram a clareza, a relevância e a adequação das questões ao tema do estudo, garantindo que os itens abordassem aspectos cruciais sobre equidade entre gêneros. Além disso, o questionário foi testado por representantes do público-alvo ( $n = 8$ ; docentes do ensino médio). Esse teste piloto teve o objetivo de verificar a inteligibilidade das perguntas e a adequação das questões ao contexto específico dos e das profissionais.



A participação foi voluntária e garantiu-se a confidencialidade das respostas e a ética na pesquisa. Este estudo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, com CAAE nº 64174522.1.0000.0214 e parecer de número 5.815.085, no dia 14 de dezembro de 2022, também contou com o apoio financeiro da Fundação Araucária. Todos os docentes tiveram acesso ao questionário após se inscreverem em um curso na plataforma (retirado o nome para não identificar os autores) sobre equidade de gênero. Já as respostas ao questionário foram analisadas por meio de frequências relativas e absolutas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os e as participantes foram 83 mulheres (77,5%), 23 homens cis (21,4%) e 1 não binário, dos quais 68 eram brancas(os) (64%), 24 pardas(os) (22%), 13 pretas(os) (12%) e 1 amarela(o) (0,94%), tendo uma média de 41,42 anos de idade (DP 11,42). A maioria das(os) participantes residia no Paraná (69 participantes, 65%) e São Paulo (12 participantes, 11,3%), havendo 9 participantes (8,4%) de estados nordestinos e o restante de outros estados brasileiros (19 participantes, 18%). No que diz respeito ao nível de formação dos e das participantes, 6% possuíam doutorado, 7,5% tinham mestrado, 19,8% completaram a especialização, 51,88% a graduação e 16,03 o ensino médio. Em termos de renda, enquanto 45% declararam receber, em média, entre 4 e 6 salários-mínimos, 35% até três salários-mínimos, 20% das pessoas declararam receber entre 7 e 9 salários-mínimos e 2% mais de 9 salários-mínimos.

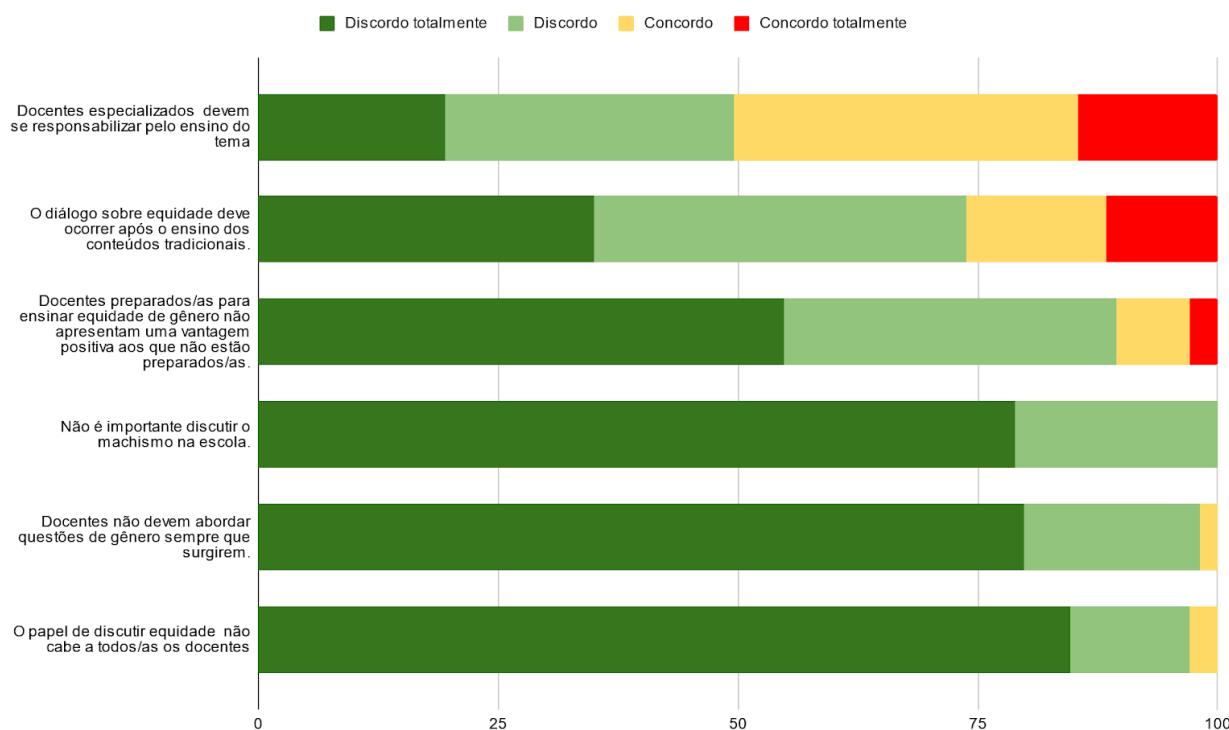
Quanto aos docentes, a maioria relatou atuar na Educação Fundamental Pública (37 participantes) ou no Ensino Médio Público (31 docentes), seguidos por números semelhantes na Educação Infantil (10 docentes), Ensino Médio Particular (9 docentes) e Educação de Jovens e Adultos (9 docentes). Também houve 5 participantes atuando no Ensino Fundamental Particular e uma docente da Educação Especial. Em relação à experiência profissional, 34% dos docentes afirmaram ter, em média, mais de 20 anos de atuação, enquanto 30% possuem entre 10 e 20 anos de experiência, 16% entre 5 e 10 anos, 6% entre 3 e 5 anos, 9% entre 1 e 3 anos e 6% têm menos de 1 ano de experiência.

Quanto à participação prévia em ações sobre equidade de gênero, cerca de metade das pessoas participantes relatou já ter participado de disciplinas, eventos, palestras ou cursos sobre o tema, enquanto os outros 46% nunca se envolveram em atividades relacionadas ao assunto antes desse curso.



Sobre as atitudes em relação à inclusão do ensino de equidade de gênero nas instituições educacionais (Figura 1), todos os participantes discordaram totalmente ou discordaram que não é importante discutir o machismo na escola. Mas, houve somente 80% que discordaram totalmente com a afirmação de que “não se deve abordar o tema sempre que o assunto surgir em sala de aula” e menos ainda discordaram totalmente quanto a discutir o tema somente após o ensino dos conteúdos tradicionais.

**Figura 1: Atitudes de futuros e atuais profissionais da educação em relação à inclusão do ensino de equidade de gênero nas instituições educacionais (N = 104).**



Fonte: as autoras, 2024.

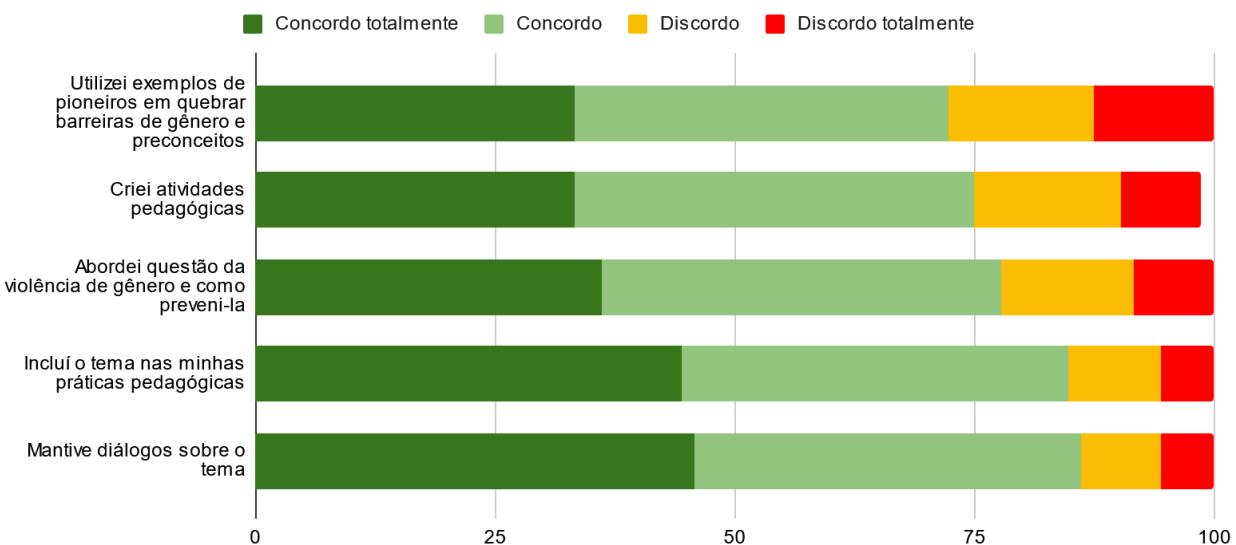
Também há divergência quando se questiona quem deve ser responsável por discutir esse assunto na escola, já que cerca de 50% concordaram total ou parcialmente que seria importante ter docentes especializados no assunto se responsabilizando por implementar a temática na escola, facilitando o trabalho de outros e outras docentes. O que demonstra que, apesar de considerarem importante discutir o assunto, os e as docentes ainda não se sentem preparados e preparadas as para mediar essas discussões (Pollock *et al.*, 2021).

Esse resultado também pode estar relacionado com o fato de que somente 11% concordaram que docentes que estão preparados e preparadas para ensinar sobre equidade de gênero não apresentam uma vantagem em relação às e aos que não estão,

o que pode significar que os e as participantes pensam que, apesar de ser uma responsabilidade coletiva, pessoas mais capacitadas na temática tendem a contribuir de maneira mais eficaz, por terem mais repertório e conhecimento sobre o assunto.

Esses resultados também destacam percepções variadas entre docentes sobre o momento e a responsabilidade de abordar a equidade de gênero. Muitos defendem a necessidade de especialistas para liderarem essas discussões, enquanto outros se preocupam com a persistência de estereótipos de gênero relacionados a comportamentos e decisões individuais das mulheres. Esse cenário reforça a necessidade de práticas pedagógicas mais abrangentes e interseccionais (Louro, 2014).

**Figura 2: Porcentagem de concordância dos participantes quanto a afirmações referentes comportamentos para realizar o ensino da equidade de gênero, considerando o período dos dois meses anteriores à pesquisa (N = 72).**



Fonte: as autoras, 2024.

Em relação aos comportamentos dos docentes no ensino de equidade de gênero, aproximadamente 25% expressaram discordância, ou discordaram totalmente, quanto à utilização de exemplos de pioneiros para romper barreiras de gênero e preconceitos, à criação de atividades pedagógicas sobre o tema e à abordagem de questões relacionadas à violência de gênero. Isso indica que as ações dos docentes poderiam estar mais alinhadas aos objetivos da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), particularmente no que tange à promoção da igualdade de gênero no contexto educacional.

Contudo, um aspecto crucial a ser considerado é o medo que muitos docentes enfrentam ao tratar de equidade de gênero em sala de aula. Esse receio está

profundamente enraizado na pressão social e política, especialmente em um contexto brasileiro polarizado, onde as discussões sobre gênero são frequentemente vistas como ameaças aos valores tradicionais (Kreher; Guareschi, 2017). A autocensura, alimentada pelo temor de retaliações por parte de famílias, comunidades e colegas, limita a profundidade com que o tema é abordado, levando muitas vezes a tratamentos superficiais ou até mesmo à omissão completa do assunto.

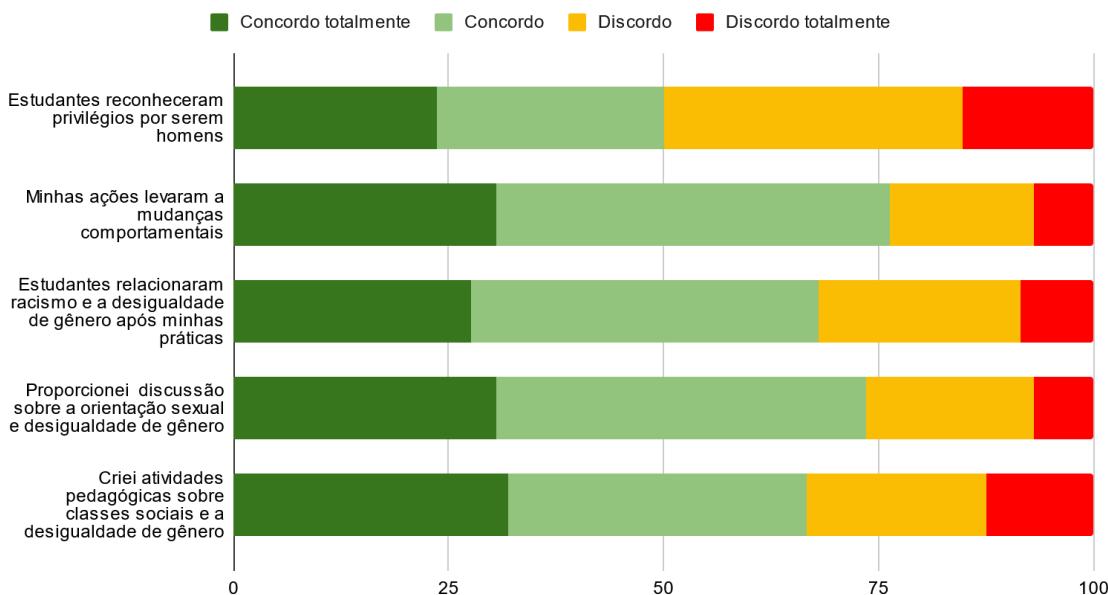
Esse cenário reflete os desafios apontados por estudos (Louro, 2014; Maia *et al.*, 2011; Banegas *et al.*, 2019) sobre a resistência em discutir questões de gênero nas escolas, marcadas por estereótipos profundamente enraizados (Adichie, 2014; Felipe; Jane 2008) e o sentimento de despreparo dos docentes (Nardi, 2012; Soares; Monteiro, 2019). Além disso, fatores institucionais, como a "plataformização" e a mecanização dos processos educativos podem reforçar essas dificuldades (Unisinos, 2024).

Reflexões críticas são necessárias para compreender o papel da escola como espaço de formação de valores e promoção da equidade. No entanto, pressões externas, como políticas que desvalorizam a discussão de gênero e possíveis retaliações de famílias e comunidades, muitas vezes levam à autocensura docente (Maia; Machado, 2019; Kreher; Guareschi, 2017). Esse contexto perpetua desigualdades e limita o potencial transformador da educação.

Ainda que os docentes reconheçam sua importância no combate às desigualdades de gênero, essa compreensão nem sempre resulta em práticas eficazes (Pollock *et al.*, 2021). Quanto a isso, conforme Figura 3, cabe destacar que cerca de 25% concordaram totalmente que suas práticas pedagógicas levaram os estudantes a reconhecerem privilégios por serem homens ou que fizeram com que os estudantes mudassem seus comportamentos.



**Figura 3: Porcentagem de concordância dos participantes quanto a afirmações referentes comportamentos para realizar o ensino da equidade de gênero, considerando o período dos dois meses anteriores à pesquisa (N = 72).**



Fonte: as autoras, 2024.

Isso ocorre porque os preconceitos de gênero, internalizados ao longo da socialização, podem ser reproduzidos de forma inconsciente, mesmo por aqueles que defendem a equidade (Maia *et al.*, 2011; Furlani, 2007). Assim, superar esses desafios exige que as instituições promovam formações contínuas que desenvolvam uma visão crítica e interseccional, garantindo que docentes se tornem agentes efetivos de transformação social.

É importante refletir que, apesar de corresponsáveis pela construção de uma sociedade equânime, docentes também fazem parte dela. Para isso, Dal'Igna (2023) reafirma a proposta de “recusar o debate polarizado que celebra ou demoniza nossa profissão e que, justamente por isso, rejeita a humanidade da docência” (Dal'Igna, 2023, p. 74), ou ainda defender:

Uma humanidade docente que assume seu compromisso com a formação e com o ensino. Uma humanidade docente que exerce uma pedagogia da coragem, do equilíbrio, da criação e da cooperação, para aprender e desaprender sobre a nossa docência e para enxergar o mundo de outra maneira (Dal'Igna, 2023, p. 75).

Isso também influencia a ausência de estratégias pedagógicas intencionais para promover a equidade de gênero, como evidenciado pelo fato de 38% dos docentes não identificarem que suas práticas relacionam racismo e desigualdades de gênero. Além disso, 27% não reconhecem diferenças no machismo enfrentado por mulheres brancas e pretas, demonstrando a falta de interseccionalidade nas abordagens pedagógicas

(Collins; Bilge, 2016). Esses dados sugerem que muitos docentes podem não proporcionar discussões e atividades que integrem raça e gênero, devido à falta de preparo ou à ausência de apoio institucional.

Cerca de 35% dos participantes não propuseram ações que discutissem orientação sexual em sala de aula. A análise desses dados revela desafios significativos na proposição de atividades pedagógicas que abordem a interseccionalidade entre equidade de gênero e outros fatores, como orientação sexual e classe social. Esses resultados indicam a dificuldade de abordar sexualidades em ambientes escolares, especialmente considerando os contextos político e social brasileiros, ainda marcados por resistências a essas discussões (Maia; Machado, 2019).

Além disso, 33% dos docentes não incluíram a desigualdade de gênero e classe social em suas práticas pedagógicas. Isso reflete uma possível falta de conhecimento sobre como diferentes contextos sociais se interligam com as desigualdades de gênero, reforçando a necessidade de formações docentes que contemplam uma abordagem interseccional qualificada (Acar-Erdol; Gözütok, 2019).

No que se refere às masculinidades, 38% dos participantes não observaram mudanças significativas entre os estudantes sobre o reconhecimento de privilégios masculinos. Isso evidencia que o tema, apesar de discutido amplamente na sociedade, ainda é tratado de maneira limitada, preso a modelos tradicionais de masculinidade que ignoram nuances e desafios enfrentados por diferentes identidades masculinas (Stevanim, 2019).

A efetiva inserção da equidade de gênero no cotidiano escolar demanda formação continuada e interdisciplinar, sensibilizando docentes para tratar o tema de forma transversal e integrada ao planejamento pedagógico. A resistência em abordar gênero reflete a falta de formação e o medo de retaliações, agravados pelo impacto da "plataformização" da educação na autonomia docente (Maia; Machado, 2019; Dal'Igna, 2023). Por fim, é essencial adotar uma abordagem interseccional, considerando raça, classe e orientação sexual (Crenshaw, 1989), para abordar as desigualdades de forma abrangente e transformadora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e resultados apresentados evidenciam que, embora haja uma ampla concordância sobre a importância de abordar a equidade de gênero nas instituições educacionais, ainda existem desafios significativos quanto à forma como essa discussão



é conduzida. Muitos docentes reconhecem a necessidade de incluir a temática em suas práticas pedagógicas, mas uma parcela expressiva ainda se sente despreparada para mediar esses debates, sugerindo que a especialização de alguns professores e professoras na área poderia facilitar o processo. Essa lacuna formativa reforça a necessidade de capacitações e formação continuada que possibilitem um aprofundamento crítico sobre as questões de gênero e suas interseccionalidades.

Outro ponto relevante diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos docentes para implementar a equidade de gênero em suas práticas. O medo de represálias e a autocensura são fatores que limitam a efetividade das ações pedagógicas, especialmente em um contexto social e político polarizado. Ademais, a ausência de estratégias pedagógicas interseccionais é um obstáculo para a ampliação da discussão, visto que grande parte dos docentes ainda não relaciona de maneira sistemática gênero, raça e classe social em suas abordagens. Isso ressalta a urgência de promover espaços de formação que possibilitem uma compreensão mais ampla e integrada das desigualdades.

A partir desses resultados, é importante também apresentar alguns pontos de reflexão: a) Viés de desejabilidade social: A possibilidade da presença do viés de desejabilidade social representa uma limitação dessa pesquisa, uma vez que pode distorcer alguns resultados e comprometer a validade de algumas conclusões. Portanto, reconhecer o impacto desse viés é essencial para garantir a integridade e a utilidade dos dados de pesquisa, além de trazer como ponto de atenção para futuras intervenções; b) Desafios atuais: é essencial reconhecer o desafio significativo que as temáticas de gênero e sexualidade apresentam no campo da educação. Essas questões não podem ser tratadas de forma isolada ou reduzidas a meros desejos ou percepções individuais. Ao contrário, elas reverberam de maneira ampla e profunda, influenciando e sendo influenciadas por processos sociais, culturais e políticos.

Portanto, conhecimentos e atitudes relacionados a gênero e sexualidade precisam ser compreendidos não como processos individuais, mas como fenômenos políticos e éticos, que são culturalmente produzidos. Quando se considera a educação como uma ferramenta para a equidade de gênero, ela não está apenas formando indivíduos críticos, mas também contribuindo para transformações coletivas, que impactam estruturas sociais mais amplas. A luta pela equidade, então, transcende o âmbito pessoal, tornando-se uma ação que requer a mobilização de esforços conjuntos e políticas públicas que garantam um futuro mais justo para todos e todas.

Esse olhar mais amplo é fundamental para ampliar a compreensão dos efeitos das intervenções educacionais, pois permite visualizar como essas práticas formativas



influenciam tanto o contexto individual quanto o coletivo, fortalecendo a ideia de que a educação, ao promover a equidade de gênero, tem o potencial de transformar não apenas indivíduos, mas sociedades inteiras.

Todavia, embora as transformações sociais exijam esforços coletivos, as intervenções individuais são essenciais para desencadear e sustentar esse processo. Cada pessoa que se compromete a desafiar preconceitos e rever suas próprias atitudes, contribui para criar um ambiente mais equânime, multiplicando o impacto de ações isoladas. Quando essas atitudes individuais se somam a movimentos amplos e políticas públicas, há uma sinergia que reforça a luta por justiça e equidade. Dessa forma, as mudanças pessoais se tornam o alicerce para que transformações coletivas ocorram, possibilitando que a equidade de gênero se consolide como um valor compartilhado, enraizado tanto nas práticas cotidianas quanto nas estruturas sociais.

A principal ideia que permeia este artigo é a de que a educação para a equidade de gênero não é apenas uma necessidade ética, mas também uma ferramenta para o desenvolvimento político e social. Por meio da educação, é possível desconstruir preconceitos, promover a equidade e contribuir para a construção de uma sociedade em que todos e todas possam se desenvolver de acordo com suas habilidades, sem que o gênero, a raça e a classe sejam características determinantes.

Por fim, a pesquisa demonstra que, apesar dos desafios, existe um movimento crescente dentro do campo educacional para incorporar a discussão sobre equidade de gênero de maneira mais estruturada. A resistência a certas mudanças evidencia a necessidade de um trabalho contínuo, que não apenas capacite docentes, mas também transforme o ambiente escolar em um espaço seguro para esses debates. O compromisso coletivo com uma educação inclusiva e crítica pode ser um caminho potente para enfrentar as desigualdades de gênero e possibilitar uma formação mais cidadã e equitativa para toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ACAR-ERDOL, T.; GÖZÜTOK, F. D. Evaluation of gender equality curriculum. *Elementary Education Online*, v. 18, n. 4, p. 1497-1519, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17051/ilkonline.2019.631950>. Acesso em: 7 maio 2025.

ADICHIE, C. N. *Para educar crianças feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BANEGAS, D. L.; JACOVKIS, L. G.; ROMITI, A. A gender perspective in initial English language teacher education: an Argentinian experience. *Sexuality and Culture*, v. 24, n. 1,



p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12119-019-09604-8>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP n. 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167, 1989.

DAL'IGNA, M. C. *Nós da docência*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

FELDHAUS, M.; MIZIESCKI, M. Desconstruindo estereótipos: arte, educação e experiência estética. *Criar Educação*, v. 6, n. 1, p. 1-17, 2016.

FELIPE, J. Scripts de gênero e a erotização dos corpos infantis. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/geerge/wp-content/uploads/2017/08/SCRIPTSEROTIZAC%CC%A7AO\\_Jane.pdf](https://www.ufrgs.br/geerge/wp-content/uploads/2017/08/SCRIPTSEROTIZAC%CC%A7AO_Jane.pdf). Acesso em: 2 mar. 2024.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66-81.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. ODS 4: Educação de qualidade. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 27 mar. 2025.

KREHER, R.; GUARESCHI, N. M. F. Ou caminha com Deus ou dança com o Diabo: igrejas neopentecostais e o dispositivo da sexualidade. *Desidades*, n. 17, p. 23-34, 2017.

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, p. 565-569, 2020.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAIA, A. C. B.; NAVARRO, C.; MAIA, A. F. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. *Psicologia da Educação*, n. 32, p. 25-46, 2011.

MAIA, G.; MACHADO, M. Psicologia e “ideologia de gênero”. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 558-583, 2019.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 11, p. 59-87, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000500004>. Acesso em: 15 set. 2022.

POLLOCK, L. et al. Understanding the impact of a teacher education course on attitudes towards gender equity in physical activity and sport: an exploratory mixed methods



evaluation. *Teaching and Teacher Education*, v. 105, p. 103421, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tate.2021.103421>. Acesso em: 7 maio 2025.

SOARES, L. B.; MONTEIRO, M. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educar em Revista*, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>. Acesso em: 2 mai. 2022.

STEVANIM, L. F. “O machismo fragiliza todo o mundo”. *RADIS Comunicação e Saúde*, 2022. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/o-machismo-fragiliza-todo-mundo>. Acesso em: 2 mai. 2022.

UNISINOS. Não estamos dando aulas, apenas preenchendo plataformas, afirmam professores da rede pública do Paraná. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/642651-nao-estamos-dando-aulas-apenas-preenchendo-plataformas-affirmam-professores-da-rede-publica-do-parana>. Acesso em: 23 ago. 2024.

ZANELLO, V. O util extermínio das subjetividades: mulheres e saúde mental. In: *Dossiê saúde mental e gênero: questões femininas e feministas. Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, 2016.

